

Com a palavra os escritores

Ivete Walty*

Maria Nazareth Fonseca**

Na preparação desta edição da revista **Scripta**, que versa sobre o tema Realismos e mediações, solicitamos a alguns autores brasileiros, portugueses e africanos de língua portuguesa, seu posicionamento sobre duas questões recorrentes sobre o tema. As questões são:

No seu fazer literário, como você relaciona ficção e realidade?

É possível dizer que a realidade social dos países periféricos exige do escritor uma postura mais política de intervenção no espaço público?

Essa opção das organizadoras decorre do fato de vários teóricos e críticos da literatura associarem o caráter realista da literatura brasileira contemporânea à conjuntura socioeconômica do país. Entre esses Heloísa Buarque de Holanda, em **Cultura como recurso**, publicado em 2012, destacando o engajamento político e o compromisso social do intelectual/escritor, aponta para a vertente da série literária brasileira que dedica “uma atenção significativa aos temas da miséria, da fome, das desigualdades sociais e, ultimamente, da violência urbana”. Por sua vez, Silviano Santiago, no livro **Cosmopolitismo do pobre** (2004), chama atenção para o caráter “anfíbio” de nossa literatura: Por um lado, o trabalho literário busca dramatizar objetivamente a necessidade do resgate dos miseráveis a fim de elevá-los à condição de seres humanos (já não digo à condição de cidadãos) e, por outro lado, procura avançar – pela escolha para personagens da literatura de pessoas de círculo social dos autores – uma análise da burguesia econômica nos seus desacertos e injustiças seculares.

A opinião da crítica é desdobrada em vários dos artigos aqui reunidos, quando se voltam para obras das literaturas de língua portuguesas de épocas diversas dadas como realistas. Faltava, então, um pouco da opinião, de escritores contemporâneos.

Com a palavra os escritores que tiveram a gentileza de nos atender.

* Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e pesquisadora do CNPq.

** Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e pesquisadora do CNPq.

Abdulai Sila¹- nasceu em Catió, na Guiné-Bissau, em 01/04/1958. Junto com Teresa Montenegro e Fafali Kouduwa fundou a primeira editora privada guineense, a Ku Si Mon, em 1973. Seus principais romances são **Eterna Paixão** (1994), **A última tragédia** (1995), **Mistida** (1997) e **Memórias SOMânticas** (2016). Além disso, publicou, em 2007, a peça para teatro, **As orações de Mansata**, uma adaptação de **Macbeth**, de Shakespeare, à realidade africana.

Ivete/Nazareth: No seu fazer literário, como você relaciona ficção e realidade?

Abdulai Sila: Eu vou lhe dizer uma coisa, para mim a ficção é um condimento fundamental para a criação do mito. O mito é fundamental para a criação da identidade; não há nenhuma identidade que não seja baseada no mito. Há coisas em que simplesmente temos de acreditar, não que sejam claramente reais, mas porque são necessárias para criar um conjunto de ideias, um sentimento de pertença que pretendemos desenvolver e que, de fato, são pensamentos que nos identificam. Agora, se considerarmos o ponto de partida e o ponto de chegada, eu diria que, para nós guineenses, a questão da identidade é fundamental, mas para fortalecer a identidade nós temos que ter sentimento de identidade.

¹Este texto transcreve entrevista oral com o escritor em 08/11/2016, em Belo Horizonte.

Esse sentimento de identidade advém de coisas concretas, por vezes não necessariamente tão objetivas. Eu quando estou escrevendo, tenho um remédio, de que ninguém vai precisar se puder ouvir música. Há uma certa música que fala de epopeias. Eu ouço essa música e saio rejuvenescido, revigorado. Um das músicas que ouço é uma sinfonia de um conjunto que canta a epopeia de um imperador de um reino africano. A música é uma epopeia, que conta a história do imperador desde que nasceu, como ele cresceu, o modo como morreu, o que ele fez, até no fim quando ele foi derrotado pelos colonos franceses e deportado para o Gabão. Um de seus conselheiros foi voluntariamente com ele. Quando ele faleceu no exílio, disseram ao conselheiro para voltar. E ele disse: — não, eu vou morrer com ele. É a mensagem da porta da amizade, da lealdade, então a música é tocada de tal forma que quando você a ouve, você fala é ficção. O imperador existiu, as batalhas existiram, os colonos franceses, os soldados existiram, tudo isto existiu, mas a forma como a história é contada é tão bonita, que, mesmo sendo fantasia, ficção, nos faz bem. E toda a gente que ouve acaba por assumir esta história e os valores que são transmitidos por esta música. E assim criamos o mito e ao mesmo tempo a identidade. É essa a relação que vejo.

Ivete/Nazareth: É possível dizer que a realidade social dos países periféricos exige do escritor uma postura mais política de intervenção no espaço público?

Abdulai Sila: Eu sempre tive dificuldade em definir o que é intervenção política, porque muitas vezes, intervenção política é confundida com militância partidária, que são dois contextos diferentes e, no meu país, se confunde muito isto. Eu não sou militante partidário, mas eu me considero um ativista político. Não sou inscrito em nenhum partido, mas desenvolvo e assumo a minha responsabilidade. É esta a minha intervenção política, mas não me submeto à ditadura do partido. Desde muito cedo eu disse para mim mesmo, eu vou me deixar levar pela minha consciência. A realidade e a função do escritor, que é a nossa realidade, interferem, porque o escritor tem uma responsabilidade de vender a esperança, tem que assumir essa ação, vender a esperança. Mesmo quando as coisas estão mal, o escritor tem a obrigação de manter acesa a chama da esperança. Tem que escrever coisas que de fato interessem, que motivem, que façam mover, que façam com que esperança se mantenha acesa e que, independentemente das dificuldades que o dia a dia da realidade nos apresenta, o escritor tem essa responsabilidade. O escritor também

tem uma responsabilidade adicional que é fazer com que haja amanhã, quero dizer que a ação seja direcionada para a satisfação ou para a promoção do bem estar comum, para o progresso do mundo. O escritor tem essa consciência de que precisa desenvolver uma ação visível, imediata sobre a realidade atual, tem que ter a capacidade, a criatividade e a visão de projetar um futuro melhor. No fundo vai fazer como fazem os missionários. O que fazem os missionários? Todos, não importa a religião, pensam no homem do amanhã, na vida depois da vida, dizem que há uma vida depois desta vida que é muito melhor do que a que temos hoje. (...) o paraíso (...). Para chegarmos lá temos que fazer alguma coisa hoje, temos que fazer o bem, dar esmola, toda religião fala de esmola. Para ser humano, você tem que pagar um preço para isso, você tem que fazer alguma coisa, uma coisa que está ao seu alcance e se fizer isso, mesmo que tenha que abdicar de alguma coisa para seu bem estar pessoal, você fica com a sensação de que fez a coisa certa. Porque amanhã vai ter muito mais. É mais ou menos este cenário que o escritor tem que adotar. É entender (...) o fenômeno do amanhã e podemos dizer o amanhã é o futuro, é a nação, é aquilo que nós vamos deixar para aqueles que virão depois de nós. Não sei se respondi a sua pergunta.

Boaventura Silva Cardoso – escritor angolano (Luanda, 1944), foi ministro da cultura de Angola de 2002 a 2010. Entre suas obras estão: **Dizanga Dia Muenhu** (1977), **O Fogo da Fala** (1980), **A Morte do Velho Kipacaça** (1987), **O Signo do Fogo** (1992), **Maio Mês de Maria** (1997), **Mãe Materno Mar** (2001) e **Noites de Vigília** (2012).

Ivete/Nazareth: No seu fazer literário como você relaciona ficção e realidade?

Boaventura Silva Cardoso: Ficção e Realidade, para mim, caminham sempre interligadas, e concorrem ambas para configurar uma nova “realidade”(fictícia). Fora da realidade é impensável a existência de um ser pensante (criador, inventor ou simples sonhador). Fora dessa realidade é o caos total em que nenhuma vida humana é possível; do mesmo passo que, sem oxigênio, não há ser vivente algum capaz de sobreviver. É a partir da sua experiência vivida na realidade que o escritor começa a fantasiar. E aqui a realidade tanto pode ser a empírica como a emocional. Mas a missão do escritor não é copiar a realidade, mas sim transfigurá-la ou mesmo inventá-la. Quando se inventa algo, parte-se sempre da realidade, de uma experiência vivenciada. Até mesmo o sonho não é possível sem uma certa contextualização do sonhador. Assim, o

escritor caminha a olhar para o céu mas com os pés bem assentes na terra.

Em síntese, parto da realidade para ficcionar, quer transfigurando-a esteticamente ou mesmo reinventando-a.

Ivete/Nazareth: É possível dizer que a realidade social dos países periféricos exige do escritor uma postura mais política de intervenção no espaço público?

Boaventura Silva Cardoso: Esta pergunta remete-me para uma outra: o que pode a literatura? Pode através da literatura mudar-se o mundo?

E respondo olhando para o percurso do meu país, Angola, a Nação simbólica que os escritores ajudam a construir. A literatura angolana, antes da Independência Nacional, tinha um papel muito interventivo. Percebia-se claramente que os escritores falavam da imperiosa necessidade de uma mudança, do fim do colonialismo português. Era, pois, uma literatura comprometida abertamente com os ideais da luta de libertação nacional. Depois, com o regime de partido único, tudo passou a estar ao serviço da Revolução. Até a Cultura e as Artes estavam subordinadas a essa visão dogmática do mundo. Atualmente os escritores angolanos, como ontem, continuam bastante interventivos. Nos seus escritos há não só críticas veladas ou não ao que não vai

bem na sociedade pós-independência, como também a esperança de uma sociedade ideal, de igualdade, de justiça e de paz social para todos.

E hoje, ao serviço de quê está a literatura angolana? Acho que, para bem da literatura, não está ao serviço de nada nem de ninguém; desapareceu felizmente o dirigismo político-partidário de outrora. Ela, a literatura, vale por si própria. A literatura não deve comprometer-se com quaisquer planos ou linhas programáticas, nem pretender dar respostas ou resolver problemas quaisquer que desejam; deve antes colocar perguntas, suscitar dúvidas ou inquietações, insinuar, mais do que indicar soluções. Se por via da literatura se resolve algum problema, tal acontece na decorrência, e não em obediência a qualquer programa previamente estabelecido. O único compromisso que a literatura deve ter – refiro-me, é claro, à boa literatura – é com a vida e com a dimensão humana.

João Melo, escritor angolano (Luanda, 1955). Um dos fundadores da União dos escritores angolanos. Entre seus livros, estão **Poemas Angolanos** (1989), **O caçador de nuvens** (1993) e **Cântico da terra e dos homens** (2010). Entre as narrativas, citem-se **Imitação de Sartre & Simone de Beauvoir** (1998), **Filhos**

da Pátria (2001) e **O dia em que o Pato Donald comeu pela primeira vez a Margarida**. (2007).

Ivete/Nazareth: No seu fazer literário, como você relaciona ficção e realidade?

João Melo: Antes de mais, para mim, realidade e ficção são, no plano literário, como que duas faces da mesma moeda. Por outras palavras, há um vínculo intrínseco entre literatura e realidade, mesmo que seja *a contrario sensu*, isto é, mesmo que a literatura pretenda omiti-la, escapar-lhe ou sublimá-la. Todos os experimentalismos, do hermetismo ao formalismo, nas suas múltiplas nuances, modernas ou pós-modernas, não passam, pelo menos tendencialmente, de uma reação à força impositiva da realidade. Por vezes, inclusive, tal reação confunde-se mesmo com negacionismo puro e simples, ditado por interesses individualistas ou de grupo. Mas, é claro que a realidade, por si só, não basta à literatura (ou a qualquer outro discurso artístico), pois, caso contrário, tudo seria literatura e sabemos que não o é. Por isso, mesmo o realismo, para ser literatura, tem de ser algo mais. Esse algo mais é a linguagem. É através da linguagem que a realidade se pode transformar em arte, o que inclui, desde logo, a literatura. É assim que eu tento relacionar esses dois termos implícitos na questão que me foi

feita. De qualquer modo, aproveito para acrescentar que, igualmente para mim, a literatura tem de ter vida: amor, ódio, raiva, paixão, sangue, esperma, violência, ironia, ternura, inveja, intriga, etc. Os experimentalismos que não sabem o que querem ou para onde vão não me dizem nada.

Ivete/Nazareth: É possível dizer que a realidade social dos países periféricos exige do escritor uma postura mais política de intervenção no espaço público?

João Melo: Não concordo. Essa suposta diferenciação faz parte da política de dois pesos e duas medidas praticada pelos países dominantes - e pelas elites logotécnicas desses países - em relação aos países subalternos (não gosto da expressão “periferia”), aos seus intelectuais e aos seus cidadãos em geral. Assim, a nós, costumam ser feitas exigências que não vejo serem feitas aos seus próprios escritores, artistas e intelectuais. Uma delas é que nós temos de ter obrigatoriamente uma intervenção política e social. Pior ainda: tal intervenção tem de ser necessariamente contra os nossos próprios governos. Isso, além de uma manifestação de ignorância, é uma dupla discriminação, que seria desprezível se não tivesse consequências em termos de legitimação e circulação das nossas literaturas. Com efeito, os jornalistas, críticos e até acadêmicos tendem a

valorizar, exaltar e promover certos escritores e não outros, certas obras e não outras, mais por causa da postura pública dos autores do que pelos livros.

Ora, a literatura pouco ou nada tem a ver com o posicionamento individual dos autores, em relação seja ao que for. Colocando a questão em termos geográficos, a história das literaturas europeias ou da literatura norte-americana (espaço presentemente hegemônico) está cheia de exemplos de autores com diferentes posturas e vinculações, com e sem uma atitude de intervenção pública, a favor ou contra os respetivos governos, fascistas e comunistas, alguns deles, mesmo, ligados a órgãos policiais e de segurança, espões, etc. Não vejo ninguém a desvalorizá-los enquanto escritores por causa disso.

Esclarecido isto, já posso responder à pergunta: na minha opinião, os escritores, como intelectuais que são, têm o dever cívico de intervirem política e socialmente em todos os países e em todos os contextos, pois cada país tem os seus problemas, diante dos quais os intelectuais, em geral, têm responsabilidades especiais. Isso é o que eu, pela parte que me cabe, tento fazer. Reconheço, no entanto, que se trata de uma decisão individual, à qual todos nós (sejam dos países dominantes ou subalternos) temos direito.

Luiz Ruffato – escritor mineiro, (Rodeio, 1961), radicado em São Paulo. Entre suas obras estão **Eles eram muitos cavalos** (2001), os cinco volumes de: **Mamma, son tanto felice** (2005), **O mundo inimigo** (2005), **Vista parcial da noite** (2006), **O livro das impossibilidades** (2008), **Domingos sem Deus** (2011). Além disso, o romance **Estive em Lisboa e lembrei de você**. (2009) e o livro de contos **Flores Artificiais** (2014).

Ivete/Nazareth: No seu fazer literário, como você relaciona ficção e realidade?

Luiz Ruffato: Todos os meus livros, uns mais outros menos, trabalham com o questionamento dos limites entre ficção e realidade. Para mim, literatura é justamente isso, um artifício de recriação da realidade que, caso seja bem urdido, pode se tornar mais convincente que a própria realidade. Um exemplo: para tentar dar conta da sociedade francesa de meados do século XIX, milhares de livros de história, sociologia, antropologia, filosofia, etc, foram e são escritos todos os anos, sem que nos satisfaçam. No entanto, Balzac descreveu essa mesma realidade em seus livros e eles são atuais até hoje, não perderam, como perdem os livros ditos científicos, a sua contemporaneidade...

Ivete/Nazareth: É possível dizer que a

realidade social dos países periféricos exige do escritor uma postura mais política de intervenção no espaço público?

Luiz Ruffato: Não creio que isso seja uma imposição da realidade social dos países periféricos. Sempre vai haver escritores que se sentem impelidos a intervir no debate público e aqueles que não se sentem à vontade ou não querem, independentemente de viver em países ricos ou pobres. Trata-se, penso, apenas de uma decisão pessoal.

Marcelino Freire: escritor pernambucano (Sertânia, 1969), residente em São Paulo. Entre suas obras: **Angu de Sangue** (2000), **BaléRalé** (2003), **Contos negreiros** (2005), **Rasif - Mar que Arrebenta** (2008) e **Nossos ossos** (2013)

Ivete/Nazareth: No seu fazer literário, como você relaciona ficção e realidade?

Marcelino Freire: Eu costumo dizer que o livro que eu mais leio é a rua. É pela fala da rua que eu construo a minha língua literária. A realidade eu sempre compreendo pela linguagem de cada pessoa. Pelos gritos que ouço, os gemidos que decifro. Levo esses gritos e esses gemidos para o que eu escrevo. Não confundir, é claro, com uma mera

reprodução. Mas é a pulsação que eu pego. É o que há de “música” e “ladainha” no que capto. Minha literatura bebe nessa fonte, se alimenta desses ruídos. Vira invenção o chão à minha volta...

Ivete/Nazareth: É possível dizer que a realidade social dos países periféricos exige do escritor uma postura mais política de intervenção no espaço público?

Marcelino Freire: Sim, cada vez mais eu estou engajado dentro da vida real, da vida aqui e agora. Eu acho que sou mais político, por exemplo, quando organizo o evento Balada Literária. Desde 2006, reúno anualmente em São Paulo escritores de várias partes do país e de fora do país. Poetas se juntam, leitores celebram a literatura nas ruas. Gosto quando eu saio do casulo e tomo a praça (quer seja na Balada Literária ou nas palestras e oficinas que faço por todo o Brasil). Sei, é claro, que muitos dos meus contos têm essa pegada social - e até são lembrados e usados em alguma manifestação pública, em algum grito coletivo. Mas o que escrevo é documento. Eu preciso também do movimento físico. E esse, a meu ver, se dá em outras frentes, em outras tintas, em outras paisagens e pastagens. É preciso ir além, sempre, dos parágrafos parados.

Vera Duarte – escritora caboverdiana (Mindelo, 1952). Entre suas obras estão 1993 - **Amanhã amadrigada** (1993), **O arquipélago da paixão** (2001), **Precisões e súplicas ou os cânticos da desesperança** (2005) e **Exercícios poéticos** (2010).

Ivete/Nazareth: No seu fazer literário, como você relaciona ficção e realidade?

Vera Duarte: A minha escrita, seja ela poesia, ficção, crônica ou ensaio, tem sempre como pano de fundo a realidade que me cerca e sobre a qual almejo exercer alguma influência, procurando transformá-la ou modificá-la no sentido que me parece mais digno. Assim, no meu fazer literário procuro entrançar da forma mais bela que me for possível ficção e realidade.

Na verdade eu sou claramente uma adepta da “arte pela vida”. O que procuro com a escrita é fazer com que a minha sociedade seja cada vez mais culta, alicerçada na máxima que perfilho, de que “ser culto é a melhor forma de ser livre”.

Embora eu entenda o meu fazer literário como uma forma de expressão artística, ele é também uma forma de intervenção social, uma forma de me bater pelos ideais que me movem: igualdade, liberdade, felicidade, justiça e paz.

Enquanto que na crônica e no ensaio é absolutamente evidente a ligação com a realidade, na ficção e na poesia essa

relação vem muitas vezes metaforizada das mais diversas formas, mas ela está sempre presente, subjacente, e as mensagens, imediatas ou subliminares, também se tornam evidentes à simples análise.

Esta é a opção que busco, pois o meu objetivo com a escrita é chegar ao maior número possível de leitores, é cumpticizar com eles os sentimentos, as emoções e as reflexões, conquistando-os para abraçarem as mesmas causas.

Ivete/Nazareth: É possível dizer que a realidade social dos países periféricos exige do escritor uma postura mais política de intervenção no espaço público?

Vera Duarte: Eu defendo que sim, embora não critique quem tenha posição diferente. Entendo que mesmo em países periféricos como o nosso é possível que também os escritores se enveredem pela filosofia da “arte pela arte” conforme sua opção pessoal.

Acredito, contudo, que a realidade de um país periférico e em vias de desenvolvimento interpela os seus escritores para uma política de intervenção no espaço público através da escrita. É que existe ainda muito a fazer para que se atinja a sociedade de bem-estar para todos que permite ao escritor deleitar-se apenas com a palavra bela mas inócua. Cabe sem dúvida

aos intelectuais, onde se inscrevem os escritores, levantar os problemas do indivíduo e da sociedade, refletir sobre eles e, se possível, sugerir os caminhos a serem trilhados para construção de sociedades mais realizadas.

Devo dizer que pessoalmente sempre foi essa a minha “opção” e literariamente a minha “pulsão”: a escrita como missão.

Aliás, em Cabo Verde a maior parte dos escritores que conheço perfilham desta postura e a maior aventura literária até agora identificada nestas ilhas, a *Claridade*, teve como manifesto exatamente o propósito dos seus colaboradores de “Fincar os pés no chão” o que quer dizer partir da crua realidade para a ficção.

Em suma, defendo que a palavra além de ser bela tem de falar às pessoas, dialogar com elas e torná-las parte ativa do universo literário.